



6 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 26 de janeiro de 2022

Bolsas Na terça-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar Na terça-feira	Euro Comercial, venda na terça-feira	Capital de giro Na terça-feira	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
↑ 2,01% São Paulo	107.937 → 109.102 20/01 21/01 24/01 25/01	R\$ 1.212	R\$ 5,435 (+1,24%)	R\$ 6,143	6,76%	10,18%	Agosto/2021 0,87 Setembro/2021 1,16 Outubro/2021 1,25 Novembro/2021 0,95 Dezembro/2021 0,73

CONJUNTURA

Arrecadação federal é a maior desde 1995

Recolhimento de impostos e contribuições soma R\$ 1,88 trilhão em 2021, com aumento real de 17,3% na comparação com 2020. Segundo a Secretaria da Receita, desempenho reflete recuperação da economia. Para analistas, alta não deve se repetir em 2022

» FERNANDA STRICKLAND

A arrecadação total de tributos do governo federal chegou a R\$ 1,88 trilhão em 2021, o melhor resultado anual desde 1995, segundo dados divulgados ontem pela Receita Federal. Na comparação com 2020, ano que ficou marcado pelo começo da pandemia de covid-19 e seus efeitos recessivos na economia. O volume de recolhimentos teve crescimento real (já descontada a inflação do período) de 17,3%. Só em dezembro do ano passado, foram arrecadados R\$ 193,90 bilhões — crescimento real de 10,76% em relação ao mesmo mês de 2020.

Segundo a Receita, o bom resultado do ano passado pode ser explicado, principalmente por fatores não recorrentes, como recolhimentos extraordinários de, aproximadamente, R\$ 40 bilhões, do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das empresas.

Em conjunto, a arrecadação desses dois tributos alcançou 393,1 bilhões em 2021, uma alta de 31,1% em relação a 2020. Outro tributo que ajudou a turbinar a receita do governo federal foi o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que totalizou R\$ 50,8 bilhões, uma alta de 106,3% na comparação com o valor recolhido no ano anterior.

Em coletiva de imprensa virtual, ontem, para comentar os dados, o secretário especial da Receita Federal, Julio Cesar Vieira Gomes, afirmou que o aumento da arrecadação em 2021 foi “muito expressivo, considerando que ainda atravessamos período de pandemia”.

Recuperação

O secretário da Receita destacou que o primeiro fator a explicar esse resultado foi a recuperação econômica. Segundo ele, dados referentes a janeiro deste ano indicam “que a retomada econômica vai aumentar”. Ele ainda disse que “empresas tiveram lucratividade crescente em 2021”, com a arrecadação do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica

(IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) crescendo 31% no ano passado.

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias, detalhou que houve uma alta expressiva na arrecadação dos setores de metalurgia e extração de minerais.

O economista Frederico Gomes, do Ibmec, afirmou que a Receita Federal atualiza os números de arrecadação pelo IPCA. “Porém tem muitos tributos que acabam acompanhando mais índices de preços ao produtor como o IGP-M, cuja variação tem sido bem maior do que a do IPCA. Então, isso acaba ajudando a receita tributária”, afirmou.

Para o economista, a inflação no ano passado e outras questões conjunturais, como a alta no preço das commodities parecem ter ajudado bastante a arrecadação. Ele advertiu, contudo, que os bons números da receita tributária podem não se repetir. “Esses recordes sucessivos de arrecadação que a gente viu ao longo de 2021 não seriam, para muita gente, uma melhora estrutural da arrecadação, mas, sim, uma melhora conjuntural ajudada, principalmente pelo efeito da inflação”, completou.

Bernardo Motta, pesquisador da Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Ibre), faz análise semelhante. Ele afirmou que o resultado foi muito bom. “Foi acima das expectativas iniciais. Ninguém, no início do ano, esperava um resultado desse porte para 2021”, apontou.

“Teve, também, uma série de recolhimentos atípicos especificamente dentro do da arrecadação, do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). Esse foi o tributo que teve um desempenho maior neste ano, então houve uma série de fatores conjunturais que acabaram levando a esse crescimento”, avaliou. “Porém não dá para projetar que esse ano vai ter o mesmo desempenho igual, ou no mesmo nível”, completou Motta.

Segundo os economistas, o ritmo mais fraco da atividade econômica esperado para este

Cofre cheio

Melhoria da atividade, receitas extraordinárias e inflação turbinam recolhimento de tributos federais

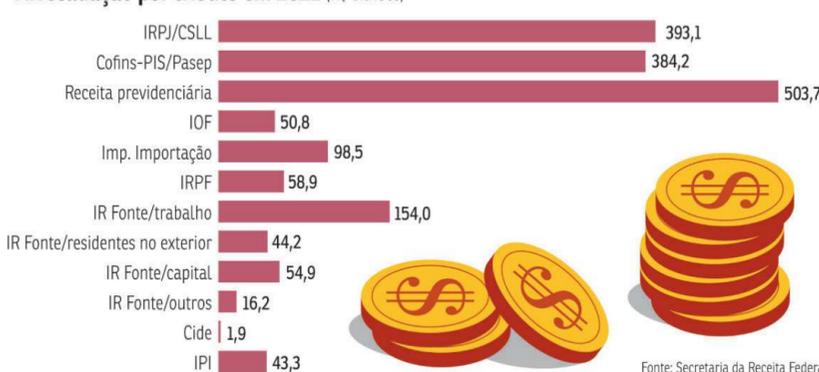
Arrecadação (R\$ bilhões)



Receita mês a mês em 2021 (R\$ bilhões)



Arrecadação por tributo em 2021 (R\$ bilhões)



ano não deve permitir que a arrecadação tributária continue no mesmo ritmo. de acordo com as previsões mais recentes de analistas do mercado financeiro, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deve ser de apenas 0,29% em 2022, em comparação

com um avanço da ordem de 4% no ano passado.

Desonerações

As desonerações concedidas pelo governo resultaram em uma renúncia fiscal

de R\$ 93,746 bilhões em 2021, valor menor do que em 2020, quando ficaram em R\$ 101,741 bilhões. Apenas no mês de dezembro, as desonerações totalizaram R\$ 9,470 bilhões, acima do registrado no mesmo mês de 2020 (R\$ 8,780 bilhões).

Adiado início do Censo

» BERNARDO LIMA*
» MARIA EDUARDA ANGELI*

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anunciou que o início da coleta de dados para o Censo Demográfico 2022 foi adiado de 1º de junho para 1º de agosto. De acordo com o IBGE, a data teve de ser alterada em razão da troca da banca responsável pela organização do concurso para contratar os profissionais que realizam o Censo. O Processo Seletivo Simplificado para a contratação de 183.021 recenseadores e 23.870 agentes censitários, teve mais de 1,1 milhão de inscrições. As provas estão marcadas para 10 de abril.

O Censo é a principal fonte de referência para conhecer as condições de vida de famílias por todo o país. Neste ano, o levantamento deverá investigar cerca de 78 milhões de domicílios. Esta edição deveria ter sido realizada em 2020, já que a pesquisa é feita de 10 em 10 anos, mas foi adiada por causa da pandemia de covid-19.

Na época, o governo prometeu realizar a pesquisa em 2021, mas houve novo adiamento, desta vez, por falta de verba para a realização do estudo. A confirmação do início da coleta de dados ocorreu um dia após o Orçamento da União para 2022 ser aprovado com um montante de R\$ 2 bilhões destinados ao recenseamento.

Segundo o presidente do IBGE, Eduardo Rios Neto, o instituto alterou o processo de coleta para minimizar os riscos impostos pelo coronavírus: “Tradicionalmente, o Censo era sempre entrevista face a face. Agora, desenvolvemos e treinamos na Pnad Covid, por exemplo, a entrevista telefônica. Vimos que a entrevista telefônica é totalmente viável. Então, esses testes, que não existiam antes, agora vão ser em todos os estados para consolidar esses procedimentos”, disse.

*Estagiários sob a supervisão de Odail Figueiredo

ED ALVES/CB/D.A Press



Medida, segundo o presidente, autorizará redução de tributos

Bolsonaro confirma PEC dos Combustíveis

» CRISTIANE NOBERTO
» RAPHAEL FELICE

Em corrida contra o tempo para as eleições, o governo tenta articular para concluir a redação de uma proposta para controlar o preço dos combustíveis. O presidente Jair Bolsonaro (PL) confirmou, ontem, nas redes sociais, que apresentará a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) dos Combustíveis ao Congresso Nacional logo na volta do recesso legislativo.

Segundo o chefe do Executivo, a PEC vai autorizar o chefe do Executivo federal e os governadores a diminuírem ou zerares impostos de combustíveis, de energia elétrica e gás de cozinha. Só na semana passada, o

preço da gasolina subiu 0,8%, e o litro do diesel teve alta de 2,9%, segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP).

“A PEC autoriza que o presidente da República e governadores, caso desejem, diminuam ou zeres os impostos dos combustíveis (diesel, gasolina e álcool), bem como da energia elétrica e gás de cozinha (este último já zerado por nós desde o início de 2021)”, escreveu Bolsonaro no Twitter. O presidente já havia comentado sobre a proposta, na semana passada, em entrevista à rádio Jovem Pan, na qual afirmou que estaria próximo de apresentá-la.

Especialistas ouvidos pelo **Correio** entendem que congelar ou zerares impostos são medidas

arriscadas no aspecto fiscal. Recentemente, governadores anunciaram a suspensão do congelamento do ICMS assim que a medida completar três meses. O método não foi eficaz para barrar a alta nos combustíveis.

“Zerar os impostos federais não vai ter grande efeito no preço para a população. A gente espera uma redução de R\$ 0,18 a R\$ 0,20 de corte. O petróleo continua subindo no mundo, e a gente continua tendo um dólar ainda forte”, disse Jefferson Laatus, economista e estrategista do Grupo Laatus

William Baghdassarian, professor do Instituto Brasileiro de Mercados e Capitais (Ibmec) explicou que a medida tende a não ter eficácia. “Eu acho que é mais uma medida que não vai ser

eficiente e vai ter um custo fiscal enorme. O resultado disso será ainda mais falta de credibilidade para o país e vai gerar maior percepção de risco para nossa economia no momento em que a gente não tem reserva para fazer isso”, explicou.

O governo quer construir um texto viável para passar no Congresso, que já articula avançar com pautas próprias para mitigar os efeitos dos aumentos dos combustíveis. Recentemente, o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), escolheu o senador Jean Paul Prates (PT-RN) para a relatoria de projeto que cria um Fundo de Estabilização dos preços de combustíveis e institui Imposto de Exportação sobre o petróleo bruto.